

Kantismo Consequente e Pandemias¹

Consequential Kantism and Pandemics

 10.21680/1983-2109.2024v31n64ID35082

Darlei Dall' Agnol

(UFSC)

darlei@cfch.ufsc.br

Resumo: . Neste breve ensaio, defendo algumas reformulações da ética (filosofia moral) de Kant para fazer frente a algumas ameaças existenciais atuais. Em especial, procuro mostrar em que sentido uma ética kantiana não precisa ser radicalmente anticonsequencialista. Em outros termos, é possível construir uma ética kantiana consequente e, para ilustrar como ela pode funcionar

¹ Este artigo é parte das pesquisas do projeto Bioética, Justiça Distributiva e Pandemias (biojspan.ufsc.br) apoiado pelo CNPq através do Edital Pró-Humanidades (Processo 409953/2022-9). Agradeço, então, a esta inestimável instituição brasileira de fomento à pesquisa pelo apoio. Gostaria também de agradecer aos colegas Delamar Volpato Dutra e Maria de Lourdes Borges pelas nossas conversas sobre ética kantiana e alocação de recursos escassos durante pandemias. Não por último, gostaria de agradecer a Milene Consenso Tonetto pela leitura atenta deste ensaio e por ter evitado alguns erros. Sou, entretanto, o único responsável pelo formato final do texto e pelas ideias aqui defendidas.

na prática, discuto o problema da alocação de recursos escassos para salvar mais vidas em tempos de pandemias.

Palavras-chave: *Ética; kantismo; consequencialismo; pandemias.*

Abstract: In this brief essay, I argue for some reformulations of Kant's ethics (moral philosophy) to solve some of our main existential treats. I try, especially, to show in what sense a Kantian ethics does not need to be radically anticonsequentialist. In other words, it is possible to construct a consequent Kantian ethics and, to illustrate how it can be practical, I discuss the problem of the allocation of scarce resources to save more life in pandemic times.

Keywords: *Ethics; Kantism; consequentialism; pandemics.*

Introdução

A ideia de publicar um Dossiê Kant com a questão “É possível usar a filosofia kantiana para pensar e resolver os desafios da humanidade em 2024?” é oportuna neste momento pós-pandemia COVID-19. Os desafios atuais da humanidade são imensos e alguns chegam a representar ameaças a nossa própria existência: perigo de guerras nucleares; aumento de eventos climáticos extremos; a IA sendo usada para criar robôs matadores; a morte de milhões de pessoas durante uma pandemia que está longe de ser a última etc. A questão-guia deste dossiê é, por conseguinte, relevante e uma ética kantiana precisa ter algo a dizer sobre como lidar com esses problemas, incluindo, com pandemias.

Uma das dificuldades da filosofia prática de Kant é, entretanto, o seu suposto caráter anticonsequencialista que dificulta a sua aplicação. São conhecidas as críticas ao

formalismo da ética de Kant com sua insistência no “dever pelo dever” levando, em última análise, ao terrorismo da pura intenção e até a “justificar todo o comportamento injusto ou imoral,” (Hegel 2009, p.119-120). De fato, o cumprimento do dever pelo dever (e não apenas em conformidade) caracteriza uma vontade boa performando ações corretas em si, independentes de resultados. Alguns kantianos ortodoxos ainda sustentam, como veremos abaixo, que seja possível compreender a moralidade dessa maneira: que exista o correto a fazer sejam lá quais forem as consequências. Todavia, cabe questionar: uma ética kantiana precisa ser radicalmente anticonsequencialista?

Neste ensaio, sustentarei que a filosofia prática de Kant, em especial a sua moral (o direito e a ética), precisa ser transformada em direção a uma forma de kantismo consequente para dar conta dos desafios mencionados. Para delimitar, discutirei a questão de se devemos (ou não) salvar mais vidas durante uma pandemia, em especial, quando é necessário racionar recursos e fazer triagem de pacientes priorizando alguns para internação em UTIs. Assumirei, sem discutir, que recursos para a saúde podem sempre ser aumentados, mas sempre haverá “circunstâncias de justiça” (escassez e desejos ou necessidades ilimitadas), em especial em situações catastróficas, e defenderei que uma ética kantiana precisa ser consequente e salvar mais vidas.

1) Temos o dever de salvar mais vidas?

No capítulo “Humanity as an End in Itself,” Allen Wood, um reconhecido kantiano, associando questões de triagem aos chamados “Problemas Trolley,” critica as supostas “soluções utilitaristas” apresentadas por Derek Parfit em *On What Matters* (conferir bibliografia). Que haja uma correlação entre tais problemas foi notado pelo próprio Wood. Ele escreveu (2013, p.81): “...há problemas sobre a distribuição

de coisas como assistência à saúde (especialmente numa sociedade desumana e fundamentalmente injusta como a nossa) que parecem se resumir a um rígido sistema de trocas e compensações (trade-offs) entre os mais profundos interesses de diferentes pessoas e grupos. Consequentemente, haverá sempre um lugar para os tipos de questões que os problemas Trolley querem abordar.” Um desses problemas foi construído como um experimento-de-pensamento e apresentado desta maneira:

Bote Salva-Vidas: Eu estou encalhado numa rocha e cinco pessoas estão encalhadas noutra rocha. Antes que a maré suba e afogue todos nós, você pode usar um bote salva-vidas e então ou salvar-me ou salvar as outras cinco pessoas. (Parfit, 2013, p. 218)

Este parece ser um caso comum em muitas situações, por exemplo, em naufrágios, guerras, maremotos, pandemias etc. O experimento tende a mostrar que números importam, ou seja, parece claro que teríamos que salvar mais vidas nessas circunstâncias, mas essa não é a opinião de Allen Wood.

Antes de discuti-la, convém reconstruir o modo como Wood entende a própria ética. Wood apresenta a sua metodologia inspirada tanto em Kant quanto em Mill, a qual procura estabelecer um princípio primeiro aplicando-o a “princípios secundários” (Mill) ou “deveres” ou “conjuntos de regras” (Kant), mas não diretamente a casos. A sugestão de Wood de buscar um princípio primeiro (ou o Imperativo Categórico ou o Princípio de Utilidade) faz sentido e mostra, como veremos mais adiante, que parece não haver incompatibilidade entre princípios de uma ética kantiana e uma forma de consequencialismo-de-regras inspirado em Mill.

Na história recente da ética, várias foram as tentativas de mostrar essa possível congruência. Por exemplo, Richard

Hare (2000) formulou uma versão de “utilitarismo kantiano” aproximando a forma kantiana da linguagem moral (a prescritividade universal dos juízos morais) com o conteúdo utilitarista de satisfação de preferências racionais. Wisniewski (2007) usou uma metodologia wittgensteiniana para clarificar a linguagem moral mostrando que o Imperativo Categórico capta a natureza da racionalidade moral enquanto o Princípio da Utilidade estabelece as condições de florescimento humano. Beauchamp & Childress, (2019) combinam princípios intermediários deontológicos (respeito pela autonomia e justiça) com normas teleológicas (não-maleficência e beneficência) todos valendo *prima facie* apenas. Recentemente, o próprio Parfit apresentou uma Teoria Tríplice que procura unificar duas formas de deontologia (a ética kantiana e o contratualismo de Scanlon) com o consequencialismo. Todos esses enfoques são reformulações da ética de Kant e não meros trabalhos exegéticos. Voltarei a discutir a Teoria Tríplice no final deste ensaio propondo um princípio ético primeiro.

Voltando ao Bote Salva-Vidas, é necessário esclarecer que, no fundo, Wood recusa a estratégia geral de Parfit para discutir problemas morais e simplesmente insiste que a solução seria tentar salvar todas as pessoas. Wood escreveu: “Parece-me que quando enfrentamos uma situação como o Bote Salva-Vidas, há somente uma política moralmente defensável: você deve resgatar todas as seis pessoas tão rápida e eficientemente quanto possível.” (Wood, 2013, p. 71) Nos termos no experimento de pensamento de Parfit, entretanto, essa não é uma opção, pois significaria que todas as seis iriam morrer. A recusa em escolher parece irracional e, portanto, antikantiana.

Wood está ciente que nem sempre é errado matar. O próprio Kant, é necessário lembrar, era a favor da pena de morte por razões de justiça retributiva. Faltou a Wood,

entretanto, uma distinção mais clara entre matar diretamente uma pessoa para salvar cinco (um típico cenário Trolley) e deixar morrer alguém para salvar cinco (o caso do Bote Salva-Vidas não é, no fundo, um caso clássico de problema Trolley). A sugestão de que devemos tentar salvar todas as seis pessoas e, se falharmos, seria simplesmente trágico (Wood 2013, p.71) mostra que não estamos diante de uma ética kantiana consequente, mas apenas de uma racionalização.

A recusa de Wood em escolher entre deixar uma pessoa morrer e salvar cinco mostra também que a ética kantiana tem sido mal aplicada. Outra perspectiva que não é racional e, por conseguinte, antikantiana, é a da loteria ou randomização, ou seja, ao invés de proceder por triagem com critérios objetivos e eticamente defensáveis, deixar ao “acaso” adotando o sorteio como solução. Em contextos pandêmicos, esse procedimento pode levar ao pior resultado possível, a saber, que não se salve vida alguma, por exemplo, se a pessoa sorteada não tiver chances de sobrevivência à internação na UTI. E, claro, de todas as opções, a mais antikantiana é defender que se deva salvar uma pessoa porque “sou eu” o que equivaleria a querer pular a fila num contexto de alocação de recursos escassos (numa cirurgia ou transplante, por exemplo).

Uma ética consequente, por conseguinte, parece ter que priorizar o dever de salvar mais vidas, ou seja, temos que salvar cinco pessoas. Não sabemos o que o próprio Kant faria, mas, na próxima seção, defenderemos uma ética kantiana consequente (ou um consequencialismo kantiano). A objeção de que essa solução é, na verdade, utilitarista e que não podemos comparar o valor das pessoas parece infundada. Nem sempre o cálculo utilitarista leva a salvar mais pessoas. Por exemplo, se se considerar anos de bem-estar a serem vividos, um utilitarista-de-ato pode, em algumas circunstâncias, salvar uma pessoa mais jovem ao invés de duas

idosas. O que uma ética kantiana consequente, então, prescreveria no caso do Bote Salva-Vidas?

2) Transformando a ética de Kant

Antes de procurarmos uma solução ao “dilema” do Bote Salva-Vidas mais satisfatória do que a apresentada por Wood, é necessário mostrar em que sentido a ética de Kant precisa ser transformada para evitar as objeções apresentadas na Introdução. Como veremos, não é verdadeiro que Kant seja um anticonsequencialista radical, mas, mesmo assim, a sua ética precisa de alguns ajustes.

Para começar, é importante sublinhar que o princípio ético primeiro da ética de Kant é apriorístico (verdadeiro independentemente de experiências morais particulares, necessário e universal) e que ele requer que as nossas máximas de ação sejam universalizáveis, respeitem seres racionais como fins em si e que possam ser aceitas como parte de uma legislação universal. Esses requerimentos são, como é sabido, os pressupostos das diferentes formulações do Imperativo Categórico. Isso significa que, ao testar máximas, precisamos considerar o que implica segui-las ou não, ou seja, considerar os resultados de sua adoção. Portanto, Kant não é um anticonsequencialista radical. Todavia, ele pressupõe um modelo epistêmico fundacionista das leis práticas (jurídicas e éticas), ou seja, uma vez estabelecida a obrigação moral deveríamos cumpri-la simplesmente por dever e este aspecto torna-se claramente não-consequencialista. Como veremos a seguir, esse modelo fundacionista é absolutista e um dos principais problemas da ética de Kant.

Se usarmos outro modelo epistêmico transformando a filosofia prática de Kant, podemos formular outro princípio ético primeiro que, inclusive, possa significar um avanço na teorização filosófica não apenas sintetizando a deontologia e

o consequencialismo (como queria Parfit), mas também alguma versão sofisticada da chamada “ética de virtudes.” Lembremos que, para o autor de *On What Matters* (Parfit, 2013, p. 413), um ato é errado se ele não é permitido por princípios que são otimizadores (elemento formal consequencialista), unicamente desejáveis universalmente (ingrediente formal kantiano) e não seriam recusados por uma pessoa razoável (aspecto formal contratualista). Se aceitarmos que a razoabilidade é uma qualidade de caráter e introduzirmos o critério formal de correção das ações de algumas variantes das éticas de virtudes (um ato correto é aquilo que um agente virtuoso faria nas circunstâncias), então podemos reformular a teoria de Parfit dando-lhes uma feição realmente tríplice considerando os três principais enfoques normativos atuais.

Antes de formular o que pode ser considerado um princípio ético primeiro de uma Teoria Tríplice renovada, é importante salientar que Kant considerava o comportamento moral como sendo regrado e que, se deixarmos a vontade boa fora deste quadro (“a pura intenção”), então podemos aproximar a ética kantiana de um consequencialismo-de-regras. Ao tentarmos mostrar uma possível congruência entre certas teorias normativas, nem todas podem fazer parte do esforço de síntese, por exemplo, um utilitarismo-de-atos radical que considere somente os resultados da ação como critério de correção sejam lá quais forem as intenções também estaria descartado assim como éticas particularistas ou versões tradicionalistas das éticas de virtudes. Como sabemos pela distinção entre crime doloso e culposos, é claro que a intenção precisa ser levada em conta assim como a natureza do próprio ato (e seus resultados). Em outros termos, é necessário considerar intenção/ato/consequência como um todo orgânico para estabelecer o que devemos fazer.

Há outros ajustes a serem feitos: abandonar a concepção de Kant de aprioricidade (a necessidade não é incondicional, mas relativa a nossa forma-de-vida) e trabalhar não com a natureza das proposições, mas com a sua função nos nossos esquemas conceituais; caracterizar princípios como regras fulcrais no sentido de Wittgenstein, ou seja, subscrever apenas um fundacionismo moderado (compatível com o falibilismo); não defender, metaeticamente falando, nem a prioridade do correto nem a do bem reconhecendo que o saber moral é um subtipo de saber-como agir eticamente etc. Podemos, então, reformular a teoria normativa de Parfit sustentando que somente devemos seguir regras que prescrevem ações aparentemente corretas em si mesmas, mas que também sejam otimizadoras, universalmente aceitáveis incluindo por pessoas virtuosas considerando-as desde um ponto de vista imparcial. Este metaprincípio, válido a priori como proposição prática fulcral, é capaz de justificar normas intermediárias nos diferentes âmbitos da vida humana sistematizadas por éticas aplicadas (bioética, ecoética, zooética etc.) que introduzem conteúdos morais específicos e que, por sua vez, fundamentam regras contextualizadas de ação.

Voltando, agora, ao caso do Bote Salva-Vidas temos que nos perguntar em que circunstâncias podemos dizer que faz sentido salvarmos mais vidas. Conforme vimos acima, a “solução” de Wood é inaceitável, pois todas as pessoas acabam morrendo. O que o princípio ético primeiro recém formulado justifica é, então, uma norma intermediária de triagem que mostra a importância de, em alguns contextos como o de uma pandemia, priorizarmos salvar mais vidas tal como as diretrizes do Conselho Federal de Medicina brasileiro preconizam e que podem ser equacionadas em protocolos de triagem (vide também proposta de Araujo et al., 2003). Se estamos num contexto de calamidade pública, deixar morrer uma pessoa para salvar mais vidas é aparentemente correto em si, mas também traz os melhores resultados e, por

consequente, pode ser universalmente aceito (eu consentiria se fosse a pessoa presa na primeira rocha) incluindo por pessoas virtuosas considerando as coisas imparcialmente.

Considerações Finais

Uma das dificuldades ouvidas durante a pandemia da COVID-19 elaboradas por kantianos ortodoxos como Allen Wood foi a de que não poderíamos priorizar pacientes em processos de triagem segundo critérios clínicos, pois isso implicava em comparar o valor (incomparável) das pessoas. Muitos defenderam, então, o sorteio como única maneira de evitar tratar pessoas como meros meios ou simplesmente se recusavam a escolher. Este raciocínio, entretanto, parece-me equivocado, pois é exatamente por darmos igual peso a todas as vidas que devemos salvar mais vidas. Em outros termos, numa moral universalista como a kantiana é exatamente porque devemos igual respeito a cada pessoa que devemos salvar mais vidas. Se esta conclusão for correta, então estamos melhor preparados para enfrentar as próximas pandemias.

Referências

BEAUCHAMP, T. & Childress, J. *Principles of Biomedical Ethics*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA.

<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2016/2156> (acesso 09/01/2024)

CRISP, R. *Are We climbing the same mountain? ZEMO*. 3 (2020), p.269-278.

- de ARAUJO *et al.* Ethical guidelines for the allocation of scarce intensive care units during the COVID-19: discussing a Brazilian proposal. *J Eval Clin Pract.*, 2023, p.1–10.
- HARE, R. *Sorting Out Ethics*. Oxford: University Press, 2000.
- HEGEL, G.W.F. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- KANT, I. *Werke in zwölf Banden*. Frankfurt: Suhrkamp, 1968.
- MILL, J. S. *Utilitarianism*. New York: Prometheus Books, 1987.
- PARFIT, D. *On What Matters* (2v). Oxford: Oxford University Press, 2013.
- SCANLON, T. *What we own to each Other*. Cambridge/Mass.: The Belknap Press, 1998.
- TUGENDHAT, E. *Lições sobre Ética*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- WISNEWSKI, J.J. *Wittgenstein and Ethical Inquiry*. London/New York: Continuum, 2007.
- WITTGENSTEIN, L. *Werkausgabe*. Frankfurt: Suhrkamp, 1989.
- WOOD, A. *Humanity as End in Itself*. In: Parfit, D. *On What Matters*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p.58-82.
- WOOD, A. *Kantian Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

(Submissão: 12/01/24. Aceite: 03/03/24)